

6. QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL (QPPO)



Orçamento 2019





ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

AV. MARNOCO E SOUSA, 52
3004-511 COIMBRA
TEL: 239 404 434
FAX: 239 701 760 / 862
E-MAIL: anmp@anmp.pt
PESSOA COLECTIVA DE
UTILIDADE PÚBLICA
D. R. IIª SÉRIE Nº 276 DE 30.11.85
NIF: 501 627 413

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal do
Município de Vimioso

CORREIO ELECTRÓNICO: c.miguel@cm-vimioso.pt, amartins@cm-vimioso.pt

V/Ref. email de 12/10/2018

N/Ref. OF_656_2018_SA_FFDC - COR_2537-2018

DATA: 15/10/2018

ASSUNTO: QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL (QPPO).

Na sequência do Vosso ofício supra referenciado, subscrito pelo Ex.mo Senhor Dr. António Martins, somos a informar que, com efeito, volvidos praticamente 5 anos desde a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o seu artigo 47.º nunca foi regulamentado.

Por conseguinte, a Associação Nacional de Municípios Portugueses mantém o entendimento transmitido através da circular n.º 108/2014, de 01/10/2014 (em anexo), salvaguardando que todas as referências da circular aos anos de 2015 e 2016, devem agora ser lidas como reportando-se aos anos de 2019 e 2020, respetivamente.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário-Geral


Rui Solheiro






Exmo(a). Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal

N.º. Ref.ª.CIR_82/2016/AG

14.10.2016

Assunto: Quadro plurianual municipal

1. Têm vindo muitos Municípios, em especial da área da CCDR Norte, a contatar a ANMP em relação à elaboração do “Quadro Plurianual Municipal”, previsto no artº. 44º. da LFL.
2. Nesta oportunidade, junto reenviamos a Vª. Exª. a n/ circ. 108/2014 de 01.10, que se mantém plenamente atual, dois anos depois.
Todas as referências a 2015 e 2016, devem agora ser lidas como reportando-se a 2017 e 2018.
3. Aproveitamos ainda esta oportunidade, para alertar Vª. Exª. que, no caso de esse Município vir a aprovar algum documento que entenda adequado ao já referido artº. 44º da LFL, será prudente evitar previsões excessivamente rígidas, tendo em conta o expresso no n.º. 3 daquele mesmo artigo.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretário-Geral da ANMP



Rui Solheiro





ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

Exmo.(a) Senhor(a)

Presidente

ASSUNTO: Quadro Plurianual Municipal.

N/Ref: Circ. 86/2015-PB

Data: 25.09.2015

Em 2014, através da Circular n.º 108/2014/AG, de 01/10/2014, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) remeteu a V.Ex.^a o seu entendimento relativo à elaboração do “Quadro Plurianual Municipal”, previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (Lei de Finanças Locais).

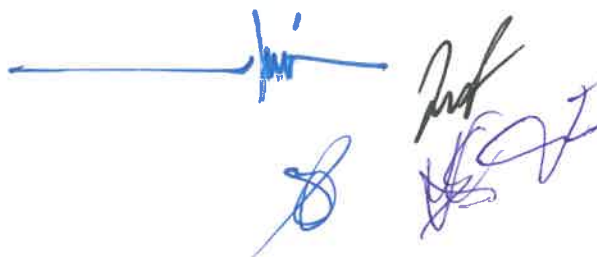
Não tendo havido qualquer evolução na temática em causa, reafirmamos o conteúdo inserto na missiva então enviada, que remetemos agora novamente a V.Ex.^a, em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Geral



Rui Solheiro



Exmo(a). Senhor(a)

Presidente

N.º Ref.º. CIR_108/2014/AG

Data: 01.10.2014

Assunto: Quadro plurianual municipal

1. São muitas dezenas os Municípios que têm vindo a contactar a ANMP, em relação à elaboração do **"Quadro Plurianual Municipal"**, previsto no art.º 44.º da Lei n.º 73/2013 (Lei de Finanças Locais – LFL).
2. O referido **"Quadro Plurianual Municipal"** carece da regulamentação estabelecida no art.º 47.º da mesma Lei, o qual dispõe que **"Os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei"**.
O decreto-lei a que se refere o art.º 47.º **deveria pois ter sido aprovado até 3 de janeiro de 2014**, sendo que, mesmo que fosse publicado nos próximos dias, não permitiria a sua aplicação pelos Municípios no processo de preparação dos documentos previsionais para 2015, em curso.
3. Acresce que, nos termos do n.º 3 do art.º 47.º da LFL, **"os limites (a que se refere o n.º 2 do mesmo artigo) são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento."**
Ora não podem os Municípios correr o risco de aprovar documentos vinculativos para 2016 cuja regulamentação não existe.
Por outro lado, a não tipificação de documentos com o conteúdo dos que estão em causa, impedirá a realização de quaisquer análises integradas e sujeitam os Municípios à posterior verificação discricionária do Tribunal de Contas, com os resultados desastrosos que são conhecidos pelos mesmos.
4. Assim, a ANMP entende não estarem criadas as condições legais para o cumprimento do art.º 44 da lei n.º 73/2013, por omissão legislativa do Governo desde 3 de janeiro de 2014.
A ANMP considera que o planeamento plurianual não poderá ter quaisquer consequências vinculativas para 2016, independentemente do carácter voluntário de qualquer exercício que os Municípios entendam desenvolver, no âmbito do respetivo processo de planeamento.



Com os melhores cumprimentos.

O Secretário-Geral da ANMP



Rui Solheiro



